

O PAPEL DO PEDAGOGO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO REGULAR: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Aline Letícia Alves Mendes¹
Elenice Patrício Bezerra²
Wanderson Rodrigues Miranda³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo conhecer a as dificuldades que o pedagogo enfrenta para incluir o aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino discutindo a inclusão social e o direito do indivíduo que apresenta alguma deficiência a ter acesso à educação, trazendo ainda um levantamento histórico a qual a educação percorreu, nomeando os fatos e contexto de exclusão social a qual as pessoas com necessidades especiais passaram ao longo dos anos até chegarmos a situação atual, através de levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória. Mostrando o papel da escola, dentro desse cenário educacional e social, e as limitações enfrentadas por todos os envolvidos nesse contexto educacional.

Palavras-chave: Inclusão. Inclusão Escolar. Profissional Pedagogo.

ABSTRACT: This paper aims to know the difficulties faced by the educator to include the student with special needs in the regular school system discussing social inclusion and the right of individuals with disabilities to have access to education. which education went through, naming the facts and context of social exclusion to which people with special needs passed through the years until we reach the current situation, through bibliographic survey and exploratory research. Showing the role of the school, within this educational and social scenario, and the limitations faced by all involved in this educational context.

Keywords: Inclusion. School inclusion. Pedagogue *Professional*.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná; E-mail: alineleticia34@gmail.com.

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá - UNIC; Pós-graduada em Educação Especial e Inclusão pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande - FIVE; Pós-graduada em Educação Infantil e Alfabetização pelas Faculdades Integradas de Várzea Grande - FIVE; E-mail: patricio16.giovana@gmail.com.

³ Graduado em Licenciatura em Computação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Norte do Paraná; Graduado em Licenciatura em Pedagogia das Faculdades Integradas de Itararé - FAFIT; Pós Graduando em Educação Infantil e Ensino Fundamental - FAMART. E-mail: miranda.wanderson@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Atualmente presenciamos um período de discussão mundialmente a qual se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, um assunto de suma importância devido ao nosso histórico de exclusão e preconceito. É sabido que a legislação é evidente, quanto à exigência em receber e matricular todos os alunos, aceitando suas necessidades especiais e/ou suas diferenças. É importante destacar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais seja realmente incluso tenha condições verdadeiras de aprendizagem e desenvolvimento e que suas potencialidades sejam realmente exploradas.

E essa discussão sobre o processo de inclusão social têm se tornado cada vez mais contínuo em nossa sociedade, tornando-se mais importante ainda no âmbito da escolar. Apesar dos avanços dessas discussões, ainda existe questões que podem ser reconsiderados em relação a como esse processo está se efetuando, tanto na sociedade a qual vivemos em termos gerais, quanto nas diferentes instituições de ensino a qual esse aluno irá frequentar.

O processo ao qual percorre a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais, vem acompanhando a passos lentos, o processo histórico de constituição da nossa própria sociedade, a qual vem se transformando para fazer a inclusão de todos os alunos com essa condição nas escolas de ensino regular, de maneira que possa haver também maior integração social desses alunos, e conseqüentemente, a negação da sua exclusão.

Dado isso é possível constatar que atualmente existe uma quantidade significativa de instituições escolares, as quais se preocupam em adequar e repensar tanto sua estrutura física, quanto também seus regimentos internos e as formas de organização do trabalho pedagógico.

Foi, a partir de então, da percepção desse contexto que surgiu o interesse de pesquisar essa temática, mais especificamente a abordagem de inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular a partir do papel desempenhado pelo pedagogo e suas contribuições para que essa inclusão ocorra. Assim, pela especificidade da nossa graduação, sentimos a necessidade de saber como os (as) pedagogos (as) das escolas estão encaminhando e envolvendo-se com esse processo.

A principal motivação para sustentar o presente artigo, reside na importância que o tema possui para a sociedade atual, e isso justifica-se devido ao significativo índice de alunos com algum tipo de deficiência, na Escola Municipal Anália Soares Rocha e no CMEI Antônio Calos Resende, situados no município de Santa Rita do Tocantins. A partir de observações realizadas durante algumas aulas as quais ministrei em tais instituições, percebe-se que no CMEI, com laudo o qual comprova a deficiência do aluno, seja ela motora ou cognitiva esse número chega 07 alunos e na Escola Anália somente 01, tendo ainda aqueles não identificados pelos quais a gestão da escola procura os pais ou responsáveis, porém os mesmo não procura uma ajuda especializada ou não aceita que o filho tem alguma deficiência.

E diante desse significativo número de alunos com alguma necessidade especial nota-se também as dificuldades, os profissionais formados em pedagogia e/ou em outras áreas encontra dificuldades em trabalhar com esse público, devido à falta de preparo e também não contam com ajuda especializada em sala de aula para melhor atender esses alunos, pois os mesmos apresentam deficiências múltiplas como descrito na tabela a seguir, a identidade dos alunos foram poupadas, por se tratarem de menores de idade, destacando-se somente a deficientes que é o objetivo desse trabalho.

Tabela 1: Identificação das deficiências

Identificação do aluno	Turma	Descrição Pedagógica
Aluno 1	7º ano “U”	Desenvolvimento avançado com prejuízo de linguagem
Aluno 2	1º Ano “U”	TDHA (Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade)
Aluno 3	Pré – escola 2	DNPM (Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade)
Aluno 4	2º ano “B”	Déficit de aprendizagem Epilepsia
Aluno 5	2º ano “A”	Déficit de aprendizagem e PT de comportamento
Aluno 6	Pré – escola 2	Retardo psicomotor motor e mental
Aluno 7	2º ano “B”	Deficiente Auditiva
Aluno 8	Pré-escola 2	Microcefalia

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse trabalho apresenta a seguinte problemática: Qual o papel do pedagogo na inclusão do aluno com necessidades especiais na rede pública regular de ensino?

Tendo como objetivo geral: Abordar a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede pública regular de ensino e os desafios e possibilidades desse processo.

Tendo como objetivos específicos:

- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos pedagogos em incluir os alunos com necessidades especiais;
- Verificar o papel da escola na inclusão do aluno com necessidades especiais;
- Analisar as mudanças históricas que ocorreram na inclusão do aluno com necessidades especiais.

Para a construção desse artigo foram realizadas observações a partir do mês de Janeiro de 2021, até o mês de Março do mesmo ano com os professores da Escola Municipal Anália Soares Rocha e no CMEI Antônio Carlos Rezende, as quais ministrei aulas do 1º ano ao 5º do fundamental I e 6º ano ao 9º do fundamental II, no ano de 2020, onde grandes dificuldades foram encontradas, como por exemplo, uma aluna com deficiência auditiva não tem uma pessoa formada em libras para fazer a interpretação das aulas e os professores e a aluna ficam perdidos durante as aulas, mesmo tendo a sala de recursos e tendo uma profissional para atendê-la ainda não é o suficiente. A partir destas observações aplicou-se um questionário aberto para os demais professores que trabalham com esses alunos tanto na Escola Anália, quanto no CMEI, para identificarmos as dificuldades encontradas pelos mesmos, esses foram quatro professores do CMEI e um professor da Escola Anália.

O método de pesquisa utilizada foi o qualitativo, apoiando-se em técnicas de coleta de dados, pois, a pesquisa procura interpretar e compreender as opiniões e expectativas de entes relacionados à inclusão dos alunos com necessidades especiais e as dificuldades encontrada pelos professores em trabalhar com esse público.

Caracterizando-se também como uma pesquisa exploratória, que para Gil (1999), uma pesquisa exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, experiências práticas, análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas para a construção do referencial teórico e estudos de casos para a realização do trabalho.

I. DESENVOLVIMENTO

O processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais está ligado ao processo histórico de criação da própria sociedade, a qual essa inclusão vem se modificando lentamente, para incluir todos os alunos, de modo que possam ser incluídos no meio social, e, portanto, sem a negação da existência desses alunos.

Dessa forma é possível certificar-se que atualmente há uma qualidade significativa de instituições de ensino empenhadas em fazer as adequações e rever tanto a sua estrutura física – com a adequação de sala, banheiros adaptados e rampas – como também em suas normas internas e maneiras de administrar os trabalhos pedagógicos.

1.1. Pessoas com deficiência: abordagem histórica sobre a inclusão social

Ao tomarmos como ponto inicial no período da Antiguidade, podemos assim verificar uma supervalorização mitológica e religiosa como impulsionadoras dos princípios que estabeleciam o ideal físico e mental para os indivíduos. Como afirma Pessotti (1984, p. 17):

A rigidez ética carregada da noção de culpa e responsabilidade pessoal conduziu a uma marcada intolerância cuja explicação última reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina.

Durante a Idade Média existiram dois tipos culturais: uma, que era a erudita, de elite, que foi monopólio do clero e outra, que era popular, laica ou folclórica. E a educação era direcionada para poucos já que essa época tem por característica a influência cristã e as regalias dado a nobreza e ao clero, sendo que o proletariado aprendia somente pela oralidade aquilo que era necessário para a própria sobrevivência. Estas duas culturas não estavam fechadas, recebendo influência uma da outra. O povo simples não desconhecia totalmente a cultura erudita, que de certa forma fazia parte da sua vida através dos sermões e das modalidades de comportamento imposto pela Igreja.

Pode-se ver assim como:

[...] a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam suas formas de dominação. A educação, enquanto pode reproduzir a ideologia dominante, dissimulando as contradições, contribui muito para isso. (JESUS, 1989, p. 43).

Nessa época a concepção da sociedade ao que se refere à igualdade de todos os indivíduos ainda não permitia aquele considerado de certa forma diferente, ou seja, às pessoas que apresentavam qualquer deficiência não podia fazer parte do contexto social, pois a sociedade tinha como princípio de que homem é a imagem e semelhança de Deus, que propiciava a exclusão dos quais fossem considerados anormais ou imperfeitos.

Tão somente na Idade Moderna que a concepção de igualdade entre os indivíduos começou a ser considerada, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que auferiu uma percepção de indivíduo que diferia da já existente. Assim, conforme assegura o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos nascem livres e iguais, tanto em relação à dignidade quanto aos direitos que possuem (UNESCO, 1948).

Segundo Carvalho (2004, p. 22):

A revolução francesa, com todas as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, representou um marco para o período denominado pelos historiadores como Iluminismo. Caracterizou-se pelo apego dos pensadores à racionalidade e às lutas em favor das liberdades individuais, contra o absolutismo do clero e da nobreza. Era a vez da burguesia.

A Declaração dos direitos humanos veio com o intuito de ampliar para todos os países o direito de todos os indivíduos e isso inclui as pessoas com necessidades especiais, tendo o direito de participar livremente e com dignidade da sociedade onde vivem como todo cidadão, propiciando assim a oportunidade da sociedade conviver com a diferença.

De certa forma uma concepção mais humana por parte da sociedade foi criada com relação à conjuntura das pessoas com deficiência permitindo, assim, um olhar também diversificado com relação ao modo de inclusão social dessas pessoas. Assim, também vieram os avanços científicos, no final da década de 1960, inúmeras iniciativas foram propostas objetivando a integração das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade.

Conforme constata Garcia (1989 *apud* SILVA, 2009):

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram, assim, inseridos em instituições de cariz marcadamente assistencialista. O clima social era propício à criação de instituições cada vez maiores, construídas longe das povoações, onde as pessoas deficientes, afastadas da família e dos vizinhos, permaneciam incomunicáveis e privadas de liberdade.

A partir da década de 60 e do início da década de 70, a sociedade vivenciou um movimento conhecido como integração, surgindo uma possibilidade de eliminar a exclusão das pessoas com alguma deficiência, do meio social. Foram criados paradigmas de integração das pessoas com necessidades especiais foi um avanço se compararmos às ações da sociedade, anteriores a ele, em que poucas possibilidades.

A datar da década de 1980 inicia-se o debate sobre a educação inclusiva, conquistando amplitude no meio social, diante disso passa-se a construir uma nova ideia de inclusão da sociedade das pessoas com deficiência. Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que coloca em seu Artigo 208, inciso III, como dever do Estado a garantia de um atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades especiais, preferentemente na rede regular de ensino, no Brasil começa com o tempo a inserir as crianças e jovens com algum tipo de deficiência nas salas de aula regulares das escolas comuns.

O Brasil atualmente tem política públicas educacional em defesa das pessoas com deficiência inserida nas escolas de ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior, encontrando-se nas escolas especializadas apoio, quando se faz necessário. Segundo o documento da Política Nacional de Educação Especial na Inclusiva ressalta (BRASIL, 2008, p. 10):

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Dessa forma é possível averiguar que mudanças vêm acontecendo nas escolas, tanto no que diz respeito ao espaço físico, quanto em relação à compreensão e aceitação dessas pessoas. Nesse processo, é de suma importância, que ainda, a equipe pedagógica da escola e todo o corpo docente, mais especialmente o pedagogo.

1.2. A escola no processo de inclusão

Fazer a inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola regular presume uma ampla reforma no sistema educacional. Isto acarreta na integração e na adequação do currículo, transformando assim as formas de ensino, metodologias e avaliação, e adaptação de estruturas físicas que venham facilitar o ingresso e o

deslocamento de todas as pessoas. Tendo isso, Doré (1997, p. 175) ressalta: “Historicamente, o termo integração tem sido utilizado com o objetivo de demarcar as práticas de segregação que consistem em agrupar e retirar do ensino regular os alunos deficientes ou com dificuldades de adaptação ou de aprendizagem”.

Porém, os obstáculos de transformar as velhas práticas de exclusão e caminhar no sentido de não apenas aceitar a diversidade, mas principalmente de fazer a inclusão, e também distinguir e aprender com o outro, excede todos os obstáculos de comodidade, por fim o novo sugere modificações em todos os setores.

Por consequência, é de suma importância entender a necessidade de atentarmos sobre a inclusão como uma forma de desconstruirmos novas práticas segregacionistas. Deve-se ressaltar que, para o auxílio à diversidade, se faz necessário o estímulo da aceitação e a constatação das pessoas com necessidades especiais com igualdade de direitos. “É este o novo paradigma que está nascendo: ‘viver a igualdade na diferença’, ‘integrar na diversidade’- eis o apelo dos líderes dos movimentos em conflito”. (JACOB 2003).

Compreendendo que as práticas e as políticas sociais sistematizam a perspectiva e conceitos latentes e às vezes até nítidos presentes em uma sociedade, reconhecemos que é de suma importância que haja mudanças nas práticas que favoreçam um novo entendimento, pela sociedade, sobre a inclusão.

Sendo a escola, espaço o qual o aluno tem acesso às primeiras manifestações e contato com a diversidade, ocorre à necessidade de refletir e intervir no processo de escolarização como princípio inclusivo, demonstrando a probabilidade e o direito de todos.

Dessa forma, uma educação com qualidade para todos acarreta, dentre outras razões, um novo posicionamento da escola no que equivale não somente no aceitamento, mas implica também no reconhecimento das desigualdades. É isso acarreta na valorização a qual perpetua o resgate dos valores culturais, fortalecendo assim a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. Nesta linha de pensamento, Werneck (1997, p. 58) destaca que, "Incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não".

Portanto, diferentemente da educação tradicional a educação inclusiva, a qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, tendo que estabelecer um novo

paradigma onde à escola é que precisa se adequar às necessidades e as especificidades dos alunos especiais, buscando não somente a permanência do mesmo, mas também o seu desenvolvimento.

Diante das várias reformas educacionais realizadas em nosso país nos últimos anos, podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996,

Com isso o tema no âmbito educacional na modalidade especial esteve presente, e faz referência à responsabilidade do poder público e da realização da matrícula e de preferência na rede regular de ensino, e quando necessário apoio especializado. O Decreto n. 7.611 de dezessete de novembro de 2011 em seu artigo IV estabelece que “O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a dupla matrícula nos termos do art. 9º-A do Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007” (BRASIL, 2011).

Dessa forma, historicamente por sua vez a escola acaba se caracterizando pela perspectiva da educação que determina a escolarização como privilégio de alguns grupos, de certa forma legitimando um processo de exclusão que já se perpetua a tempos, através de suas políticas e práticas educacionais.

Conseqüentemente, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se realize, dessa forma trazendo possibilidade de resgate de cidadania e com isso ampliando seus entendimentos de comparência, não basta somente a propagação de novas leis que imponham a criação de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de efetuação de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém ainda, não suficientes.

1.3. O pedagogo no processo de inclusão

Sendo a inclusão de alunos especial uma área de estudo ainda de certa forma novo no campo pedagógico, já viemos de uma historicidade onde a educação era excludente e preconceituosa, muitos pedagogos encontram-se apreensivos diante aos pareceres e estruturas sociais ao que se diz respeito às pessoas consideradas “diferentes ou especiais”. Dessa maneira, a partir do século XVI, a educação busca práticas pedagógicas, salientado ao ensino de qualidade, com profissionais preparados e implicados em proporcionar aos seus alunos um ensino de qualidade, que independe de suas diferenças e suas

individualidades. Nesse ponto de vista, de estar aberto a conhecer o outro, Freire (2005) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que:

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005, p. 58)

Ao buscarmos o reconhecimento e aceitação da diversidade a *priori* de tudo, precisa haver uma evidência histórica no meio social, pois, no entanto, cada país carrega consigo uma diversidade que o caracteriza e isso não é diferente no Brasil. Dessa forma, esse reconhecimento, que colabora para ressaltar e melhorar o desenvolvimento cultural e social, também construindo formas de condutas diferenciadas e com isso se retratem em modificados conceitos da vida social e por consequência no meio educacional.

Portanto enfrentamos o desafio de transformar antigas práticas de exclusão, mas também caminhar rumo ao que não é apenas a aceitação da diversidade, mas principalmente de incluir, reconhecer e aprender com o outro, ultrapassa assim todas as barreiras do acomodamento, afinal o novo propõe mudanças diversas em todos os âmbitos. Como afirma Camacho (2004, p.12):

Se torna evidente que a aproximação aos temas da diversidade, da diferença e da acessibilidade pressupõe uma mudança necessária de paradigma, de postulados científicos atuais e de relação com os sistemas educativos e sociedades atuais.

Portanto, o pedagogo tem o papel de mediar esse processo, ofertando melhores condições e mais concretas para que a deficiência seja relevante e que através de experiências a criança possa construir sua identidade e com isso ajudar na sua estrutura psicológica de forma a qual possa se sentir valorizada em meio aos processos de ação e interação com os demais e não sentir-se diferente em relação aos ditos “normais”.

Para “representar” o lado subjetivo da questão, podemos lembrar a importância de socialização de medos e angústias, de problematização conjunta de mitos e tabus, de criação coletiva de formas de enfrentamento de resistência de cada um dos agentes envolvidos em processos de inclusão (AMARAL, 2002, p.246).

Então, fazer a mediação é, acima de tudo, saber fazer a condução do processo de ensino/aprendizagem, mantendo a postura pedagógica e sendo capaz de fazer a mobilização da comunidade escolar para a confrontação da inclusão, dentro das possibilidades as quais cada escola pode fazer hoje, com as reais condições que cada instituição possui.

2. RESULTADOS

Para a coleta da amostra dos resultados foram aplicados questionários a quatro professores do CMEI Antônio Carlos Resende, onde está localizado o maior índice de alunos com necessidades especiais e um professor da Escola Municipal Anália Soares Rocha onde só há uma aluna com necessidades especiais. Deve-se ressaltar que todas as salas os professores têm um auxiliar para ajudar a lidar com as crianças especiais, porém nenhum desses auxiliares tem algum tipo de preparo ou formação para lidar com as crianças que tenham necessidades especiais.

O questionário foi dividido em duas categorias para termos uma melhor visão, onde o mesmo se divide em formação docente, para entendermos qual o tipo de formação a qual esse professor recebeu para trabalhar com esse alunado e a segunda categoria trata-se das dificuldades encontradas pelos mesmos e da estrutura e do espaço o qual eles trabalham.

CATEGORIA 1: FORMAÇÃO DOCENTE

1. Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Em caso positivo, diga de quantos já participou e como estes contribuíram para ampliar o seu olhar em relação à educação inclusiva. Se não, por que ainda não foi possível participar?

Entrevistado 1: Não, ainda não tive oportunidade.

Entrevistado 2: Sim, participei de cursos de formação continuada em línguas e artes visuais.

Entrevistado 3: Sim, mas não contribuiu em nada em minha prática docente.

Entrevistado 4: Não, ainda não tive oportunidade.

Entrevistado 5: Sim, formação continuada e pós graduação em educação inclusiva.

Foi ótimo me conscientizei de como uma didática auxilia ao professor regente, como tem que ser a prática na sala de recursos.

2. A escola em que você trabalha incentiva a participação do corpo docente em cursos específicos relacionados à educação de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Por favor, justifique sua resposta.

Entrevistado 1: Sim, através de cursos EaD.

Entrevistado 2: Sim, através de cursos EaD.

Entrevistado 3: Não, não temos recursos e nem formação para trabalharmos com alunos especiais. Temos que levar nossos alunos até o CMEI, para ter atendimento na sala de recursos.

Entrevistado 4: Sim, através de cursos EaD.

Entrevistado 5: Sim, sempre estão indicando links para formações EaD.

Ao serem questionados sobre formações continuadas e sobre o incentivo ao qual eles recebem para buscarem novas formações a respeito do ensino voltado para alunos com necessidades especiais, na sua maioria obtivemos respostas positivas, onde são incentivados pela gestão da escola onde trabalham e que fazer cursos EaD, com o intuito de aprenderem a lidar com esse alunado.

Já outros disseram que não fizeram nenhuma formação ou a que fizeram não foi o suficiente ou que não agregou nenhum aprendizado para que pudesse trabalhar com esse público.

Por fim, nota-se que a formação está sendo realizada, que está havendo incentivo para se procurar novos conhecimentos, mas que talvez não esteja sendo feito de forma efetiva, ou que falte mais apoio, como por exemplo, um curso presencial com um profissional especializado.

Categoria 2: A escola e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais

1. A escola em que você trabalha disponibiliza recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais (NEE)? Se sim, quais? Se não, por que você acha que isso não acontece?

Entrevistado 1: Sim, temos uma sala multifuncional (com jogos).

Entrevistado 2: Sim, trabalhamos com jogos para o desenvolvimento da coordenação motora.

Entrevistado 3: Sim, o Secretário de Educação do Municipal nos incentiva muito.

Entrevistado 4: Sim, temos uma sala multifuncional (com jogos).

Entrevistado 5: Não, trabalhamos com alguns jogos, mas ainda falta material adequado pedagógico.

2. Observando a estrutura da escola em que trabalham no que diz respeito aos recursos físicos, materiais e pedagógicos, quais são as principais barreiras, em sua opinião, que dificultam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Por favor, justifique sua resposta.

Entrevistado 1: Falta de preparo profissional, falta de profissional habilitado na área e escassez de material pedagógico e físico.

Entrevistado 2: Sim, temos uma sala de recursos multifuncional. As principais barreiras, é falta de formação específica, por exemplo, em libras.

Entrevistado 3: Não temos formação consistentes para que possamos trabalhar os materiais de inclusão mandados pelo governo, excesso de alunos que estudam com os alunos com necessidades especiais dificultando o relacionamento professor/aluno, conseqüentemente influencia no aprendizado também.

Entrevistado 4: Falta de preparo profissional, falta de profissional habilitado na área e excesso de alunos e falta de material pedagógico.

Entrevistado 5: Falta de pessoas com formação específicas na área de cada deficiência, por exemplo formação em libras, quanto ao espaço físico existe adequação aos alunos.

3. Na escola em que você trabalha, há um planejamento educacional pedagógico para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Se sim, descreva como ele é desenvolvido.

Entrevistado 1: Sim, planejamento e relatórios.

Entrevistado 2: Sim, com planos e relatórios.

Entrevistado 3: Não, não temos planejamentos voltado para a educação especial.

Entrevistado 4: Sim, planejamentos e relatórios.

Entrevistado 5: Sim, trabalhamos com planos e relatórios. E feito por ano em que o aluno se encontra. É desenvolvido com uso de jogos, leitura, habilidades. O qual o foco maior é desenvolver a coordenação motora.

Quando perguntado sobre o espaço físico e como é feito o planejamento para se trabalhar com esses alunos as respostas são quase todas positivas, pois existe um planejamento feito especificamente para se trabalhar com eles, existe uma sala de recursos multifuncional com uma profissional a qual ela trabalha jogos e outras atividades para que o aluno especial desenvolva a coordenação motora e outros aspectos. Porém, dificuldades ainda são encontradas, cito, a falta de interprete de libras o qual se faz necessário, pois uma das alunas com necessidades especiais tem deficiência auditiva e a comunicação com a mesma se torna praticamente impossível que nenhum dos professores possui alguma formação em libras.

CONCLUSÃO

Através da realização desse trabalho bibliográfico e pesquisa exploratória, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar a dificuldade de incluir o aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino e qual o papel do pedagogo nessa inclusão, percebemos então que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva, os professores devem capacitar-se, acreditar e principalmente, aceitar a inclusão e fazer essa mediação em sala de aula, tornando assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, envolvendo tanto o aluno com necessidade especial quanto os demais.

Deve-se ressaltar então que o papel de fazer o processo de inclusão cabe tanto ao professor, quanto a gestão escolar, que deve corroborar efetivamente favorecendo o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, se intervindo tanto na docência quanto na promoção de medidas de acessibilidade, pensando no espaço que melhor atenda as especificidades de cada aluno especial.

Percebe-se ainda que é de suma importância a realização de discussões e ações com parcerias entre a escola e a comunidade, onde pais, alunos e escola conversem e minimizem barreiras legitimando o discurso de inclusão do aluno especial no ensino

regular, ajudando assim o professor a enfrentar as dificuldades em incluir os alunos com necessidades especiais.

Conclui-se então que a inclusão dos alunos com necessidades especiais deve ser feita em conjunto, não é somente papel do pedagogo, mas sim de todos os envolvidos, os quais devem proporcionar a esse aluno, acolhimento, incentivo e fazê-lo entender que ele é parte da sociedade e que ele não se difere dos demais.

REFERÊNCIAS

AMARAL. L. A.; **Diferenças, Estigma e preconceitos: O desafio da inclusão.** In: Oliveira, M.K.de; Souza, D.TR; Rego, T.C. (Orgs). Psicologia, educação e as temáticas da Vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CAMACHO. O. T. Atenção à diversidade e educação especial. In: STOBÁUS. C. D.; MOSQUEIRA. J. J. M. **Educação Especial em direção à educação inclusiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

DORÉ, R.; WAGNER, S.; BRUNET, J. P. A integração escolar: os principais conceitos, os desafios e os fatores de sucesso no secundário. In: MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JACOB, F. Igualdade X diferença; igualdade X desigualdade: queremos ser todos iguais ou queremos ser todos diferentes? In: FERREIRA; M. E. C.; GUIMARÃES; M. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci.** São Paulo: Cortez; Campinas: editora da Unicamp, 1989.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, M. O. E. da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, 2009, nº 13.

UNESCO. **Declaração dos Direitos Humanos.** Disponível em:< <http://www.unesco.org>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.